

FMI considera positivas as metas do plano de estabilização

por Cláudia Safatle
de Brasília

O representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), Alexandre Kafka, esteve em Brasília na última sexta-feira, para avaliar melhor o plano de estabilização — o Plano Verão — e preparar a vinda da missão técnica do Fundo ao País no final deste mês. Nos contatos que manteve com o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e com os principais assessores tanto do Ministério da Fazenda quanto do Banco Central (BC), Kafka deixou a informação de que o Fundo considerou o plano positivo, que já o esperava, mas que ainda não está garantido o ponto central que interessa ao FMI: zerar o déficit do setor público neste ano.

A área econômica do governo está sem indicações, até agora, do impacto do programa de estabilização sobre receitas e despesas da União e desconhece os números efetivos da política fiscal do ano passado. A edição do Plano Verão re-



Alexandre Kafka

tardou a entrega dos balanços das instituições financeiras ao BC — que prorrogou o prazo final para o dia 31 de janeiro último — e até que esses dados sejam processados ainda decorrerão de duas a três semanas.

Segundo explicou o chefe do Departamento Econômico do BC, Silvio Rodrigues Alves, enquanto o governo não dispuser de números mais refinados sobre o déficit operacional de 88 e as perspectivas concretas de eliminar o déficit

neste ano de 89, não há condições de marcar a data da vinda da missão técnica do FMI para negociar o "waiver" pelas metas não cumpridas no ano passado e consolidar as metas a serem perseguidas neste ano. É possível, até, que primeiro vá a Washington uma missão técnica brasileira, para que depois o chefe da divisão do Atlântico do FMI, Thomas Reichmann, desembarque em Brasília.

Segundo técnicos que estiveram com Kafka na semana passada, de um ponto importante da política fiscal ele discordou: o representante do Brasil no FMI achou de o governo teria que ter limitado a emissão de títulos novos apenas à rolagem da dívida, pagando com recursos do fluxo de caixa os juros reais da dívida mobiliária. Somente com esse esforço, segundo Kafka, é que o País começaria a reduzir, realmente, a relação dívida interna-Produto Interno Bruto, liberando a poupança privada para investimentos produtivos.

Foi mostrado a ele, porém, que o Tesouro Nacio-

nal não teria a menor condição de começar a pagar os juros da dívida com recursos do seu próprio caixa.

Um outro ponto que está dificultando a montagem da projeção do déficit para este ano refere-se ao fim da correção monetária. Como se sabe, o déficit operacional foi um conceito criado por técnicos brasileiros e aceito pelo FMI como medidor das contas públicas, em razão da correção monetária e cambial que incide sobre os saldos dos financiamentos ao setor público. O conceito de déficit nominal acusa crescimento do endividamento, embora esse aumento possa ser fruto tão-somente da correção. Já o déficit operacional exclui das contas o que é correção monetária e cambial, registrando apenas o que foi elevação real de endividamento.

A tendência, segundo técnicos do Ministério da Fazenda, é aplicar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em lugar da correção monetária, mas esta ainda é uma questão indefinida.